

IX CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

COLUBHE



2012

Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares

12 A 15 DE
JULHO DE 2012

INSTITUTO
DE EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Organização:

Maria João Mogarro

Maria Teresa Santos Cunha







IX CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares

Organização:

Maria João Mogarro

Maria Teresa Santos Cunha

LIVRO DE ATAS

Título

**Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares.
IX Congresso Luso-Brasileiro de História da
Educação (Livro do Congresso)**

Organizadores

Maria João Mogarro; Maria Teresa Santos Cunha

Edição

**Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
Julho de 2012**

Projeto gráfico e paginação

Pedro Serpa

Impressão/gravação do cd

Guide Artes Gráficas

Fotografia da capa

Liceu Pedro Nunes, Lisboa, Portugal

Estúdio Mário Novais, s.d.

Colecção Estúdio Mário Novais

FCG – Biblioteca de Arte

ISBN

978-989-96999-6-0

Tiragem

1000 exemplares

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
EIXOS TEMÁTICOS	9
MESAS COORDENADAS	11
Instituições escolares: projetos, identidades, organização, atores	13
Rituais, símbolos, festas escolares	273
Os professores e a sua formação: da arte de ensinar às ciências da educação	411
Políticas educacionais, discursos pedagógicos, autobiografias	531
Leitura e escrita: rituais, materialidades	655
Património e museologia educativa: mobiliário, equipamento, materiais didáticos, iconografia	879
A historiografia da educação: contributos teóricos, abordagens metodológicas, fontes	907
Internacionalização, circulação e comparação: sistemas, currículos, pedagogias	1151
COMUNICAÇÕES INDIVIDUAIS	1279
Espaços, tempos, quotidianos, sociabilidades escolares	1281
Instituições escolares: projetos, identidades, organização, atores	1685
Rituais, símbolos, festas escolares	3221
Os professores e a sua formação: da arte de ensinar às ciências da educação	3523
Políticas educacionais, discursos pedagógicos, autobiografias	3995
Leitura e escrita: rituais, materialidades	4973
Património e museologia educativa: mobiliário, equipamento, materiais didáticos, iconografia	5377
Testemunhos orais e memórias da educação	5921
A historiografia da educação: contributos teóricos, abordagens metodológicas, fontes	6571
Internacionalização, circulação e comparação: sistemas, currículos, pedagogias	7107
CONTACTOS DOS AUTORES	7522

COMISSÃO ORGANIZADORA

PORTUGAL

Maria João Mogarro | IE-UL – coord.
Joaquim Pintassilgo | IE-UL
Ana Isabel Madeira | IE-UL
Luís Alberto Marques Alves | FL-UP
Maria Teresa Santos | ECS-UE

BRASIL

Wenceslau Gonçalves Neto | UFU (SBHE)
Maria Teresa Santos Cunha | UDESC (GTHE) – coord.
Décio Gatti Jr. | UFU
Diomar das Graças Mota | UFMA
Maria Stephanou | UFRGS

COMISSÃO CIENTÍFICA

PORTUGAL

Albérico Afonso Alho | ESE-IPS
António Carlos da Luz Correia | UL
Alberto Filipe Araújo | UM
António Gomes Ferreira | FPCE-UC
António Nóvoa | IE-UL
António Teodoro | ULTH
Áurea Adão | UIDEF-UL
Cláudia Ribeiro | FL-UP
Ernesto Candeias Martins | ESE-IPCB
João Barroso | IE-UL
Jorge Ramos do Ó | IE-UL
José António Afonso | UM
José Braz | ULHT
José Eduardo Franco | FL-UL
Justino Magalhães | IE-UL
Luís Grosso Correia | FL-UP
Luís Miguel Carvalho | IE-UL
Margarida Felgueiras | FPCE-UP
Maria Cândida Proença | FCSH-UNL
Nelson Veríssimo | UMA
Rodrigo Azevedo | CIIE-UP
Sérgio Campos Matos | FL-UL

BRASIL

Ana Chrystina Venancio Mígnot | UERJ
Ana Maria Gonçalves de Freitas Bueno | UFS
Antonio de Pádua | UFPI
Alessandra Frota Schueler | UFF
Ana Waleska Pollo Mendonça | PUC-Rio
Beatriz Daudt Fischer | UNISINOS
César Castro | UFMA
Denice Catani | USP
Diane Valdez | UFG
Elizabeth Miranda Lima | UFAC
Heloísa Helena Pimenta Rocha | UNICAMP
José Gonçalves Gondra | UERJ
Maria Cristina Gomes Machado | UEM
Maria Elizabeth Blanck Miguel | PUCPR
Maria Helena Câmara Bastos | PUCRS
Maria Juraci Maia Cavalcanti | UFC
Mariza Bittar | UFSCar
Marlúcia Paiva | UFRN
Vera Lucia Gaspar da Silva | UDESC
Regina Simões | UFES
Rosa Lydia Correa | PUCPR
Tarcísio Mauro Vago | UFMG

COMISSÃO LOCAL

Carlos Manique da Silva | IE-UL
Lígia Penim | IE-UL
Ana Lúcia Fernandes | IE-UL
Maria Neves | ULHT
Raquel Pereira Henriques | FCSH-UNL; APH

Helena Ribeiro e Castro | IE-UL
Manuela Rodrigues | IE-UL
Anabela Teixeira | IE-UL; MNHNC
Carlos Beato | IE-UL
Patrícia Hansen | IE-UL

SECRETARIADO

Alda Namora | IE-UL
Lénia Pedro | IE-UL
Patrícia Figueiredo | IE-UL
Ana Isabel Almeida | IE-UL
Gabriela Lourenço | IE-UL
Zulmira Torres | IE-UL

Filomena Rodrigues | IE-UL
Rúben Marreiros | IE-UL
Bruno Almendra | IE-UL
Ana Nabeiro | IE-UL
António Marques | IE-UL
Ana Rita Faria | IE-UL

**ESBAP|FAUP. UMA RUPTURA NÃO DESEJADA.
O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO CURSO DE
ARQUITECTURA DA ESCOLA SUPERIOR DE BELAS
ARTES DO PORTO NA UNIVERSIDADE DO PORTO**

Raquel Geada PAULINO

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP)

PALAVRAS-CHAVE

**Ensino da Arquitectura; Escola do
Porto; Transição ESBAP|FAUP**

ID: 253



Dois acontecimentos chave - a Revolução do 25 de abril de 1974 e a publicação do Decreto Lei n.º 498-F/79 – fixam momentos de particular relevância no processo de reestruturação da Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP) e de integração na Universidade do Porto (UP), justificando o desenvolvimento de um processo de análise, reflexão e aprofundamento sobre o tema do ensino da arquitetura em geral e, sobre o projeto e prática pedagógicos da ESBAP, em particular.

Pretende-se, num arco temporal balizado pela revolução de abril e pela publicação do referido decreto, identificar os acontecimentos relevantes, os atores e a complexa estrutura de articulações, relações, continuidades e rupturas que, durante as décadas de 1970 e 1980, determinaram uma reformulação na designada *Escola do Porto*, concorrendo para a reestruturação e a consolidação de um projeto pedagógico e de uma metodologia de abordagem ao projeto arquitectónico que a distingue e caracteriza.

*

Em abril de 1974, num contexto de ruptura e paralisação da Escola, como reação à ditadura e a uma gestão autoritária imposta pelo Ministério da Educação Nacional, a conquista da democracia e a conseqüente emergência de um novo enquadramento político, social e económico no país, abria caminho a um processo de profundas reformulações no ensino superior, quer ao nível das suas estruturas de gestão, quer ao nível dos modelos e práticas de ensino explorados. A 21 de dezembro de 1979, o Decreto Lei n.º 498-F, cria a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), com o objectivo de dignificar o ensino e a investigação na área disciplinar da arquitetura, conferindo-lhes natureza universitária. Embora o referido decreto enuncie a necessária salvaguarda da formação artística e assegure a transição do corpo docente da ESBAP para a nova faculdade, coloca a tónica na formação de natureza científica, retomando a essência do enunciado da Reforma de 1957 e, conseqüentemente, um conjunto de limitações que determinaram a sua falência. Referimo-nos a um ensino eminentemente tecnocrático e potencialmente fragmentário por não se estruturar em função de uma lógica de formação global assente numa articulação interdisciplinar. A publicação deste decreto marca o início de um longo e complexo processo de transição do Curso de Arquitectura da ESBAP para a FAUP, que mobilizou colectivamente a Escola na defesa da sua autonomia e identidade.

Tendo em conta o contexto exposto, a persecução dos objectivos enunciados estrutura-se em função de quatro momentos aos quais estão associados acontecimentos e momentos relevantes no processo de reestruturação da Escola no arco temporal definido. Num primeiro momento, aborda-se o contexto e os acontecimentos que determinavam a paralisação do Curso de Arquitectura da ESBAP no ano letivo 1973/74. Num segundo momento, abordamos o contributo dos três Encontros do Curso de Arquitectura da ESBAP, realizados em 1975, 1976 e 1977, procurando-se explicitar o contexto e experiências passadas que os enquadram e informam. Concluímos este momento, abordando o conjunto de Teses apresentadas por docentes da Escola, em 1979, destinadas à prestação de Provas de Habilitação para a obtenção do título de Professor Agregado, tendo em conta que a sua realização, num timing e segundo uma estratégia particularmente pertinentes, contribuíam de forma mais ou menos direta para o processo de construção do projeto pedagógico da Escola. Um terceiro momento, no qual se aborda o processo de criação e instalação da FAUP, destacando o tenso e conflituoso contexto de constituição e nomeação da sua Comissão Instaladora (CI) e o encontro designado *Quatro mesas redondas sobre o ensino da Arquitectura*, realizado em junho e julho de 1983, com o objectivo de questionar os princípios orientadores da experiência pedagógica em curso, identificando potencialidades e debilidades; por último, no quarto momento, colocamos em confronto os planos de estudos que emergiam do debate e consenso alcançado nos *Encontros do Curso de Arquitectura da ESBAP*, e o primeiro plano de estudos do Curso de Arquitectura da FAUP, fixado pela Por-

taria n.º 815, de 2 de outubro de 1984, identificando o entendimento, princípios, continuidades e rupturas subjacentes.

*

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação, foram consultados os arquivos das instituições sobre as quais se reflete, nomeadamente das Faculdade de Arquitectura da U.P e da Faculdade de Belas Artes da U.P., assim como os arquivos pessoais de alguns dos personagens chave no contexto da Escola, nomeadamente de Alexandre Alves Costa e Álvaro Siza. Para além do conjunto de fontes primárias que suporta a investigação e reflexão desenvolvidas, foi consultado um conjunto de Provas de âmbito académico desenvolvidas por docentes da ESBAP|FAUP, artigos, publicações e Teses sobre a *Escola do Porto* e sobre o ensino da arquitetura.

*

Abordar o processo de reestruturação do Curso de Arquitectura da ESBAP, no período pós 25 de Abril, implica, necessariamente, recuar a 1968, explicitando o contexto que, após a superação de uma crise e da exploração de uma reestruturação da Escola, em moldes inéditos e inovadores, conduziu à instalação de uma nova e profunda crise que viria a culminar numa paralisação das atividades escolares durante o ano letivo 1973/74.

Assim, em 1968, perante a emergência de uma crise na Escola, num contexto e quadro de motivações muito diversificado - nos quais destacamos a reação ao princípio de formação e plano de estudos dos Cursos de Arquitectura, definidos pela *Reforma de 1957*, a reformulação da agenda no campo disciplinar da arquitetura, centrada na emergência do papel social do arquiteto; o quadro de consolidação dos movimentos estudantis, à escala internacional e nacional, em torno da democratização do ensino e da participação dos estudantes nos órgãos de gestão das instituições; e a hipótese de extinção do Curso de Arquitectura da ESBAP, por dissolução prevista do seu corpo docente - surgia a oportunidade de explorar uma experiência pedagógica.

É no contexto de efetiva impossibilidade de funcionamento do curso, durante o ano letivo 1969/70, e na sequência de um conjunto de reivindicações e propostas apresentadas por docentes e alunos da ESBAP, no sentido de viabilizarem o seu funcionamento que, o recém nomeado Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão¹, autorizava, na ausência de alternativa e a título excepcional, a exploração de um regime de autonomia funcional e pedagógica. O referido regime, que viria a ser ensaiado entre 1 de abril e 31 de julho de 1970, tinha por objectivo informar uma futura hipótese de reestruturação dos Cursos de Arquitectura. É neste contexto que se observa uma profunda reformulação do modelo de gestão, ao nível da definição das estruturas e respectiva constituição, assim como do modelo pedagógico. A referida reformulação, rumo a uma democratização do modelo de gestão, efetivava-se por via da constituição de uma *Comissão Coordenadora* paritária, integrando três docentes e três alunos eleitos pelos seus pares; uma *Reunião Geral do Corpo Docente* e uma *Reunião Geral do Corpo Discente*, constituídas pelo conjunto dos professores e dos alunos, respectivamente, com o objetivo de estudar e tomar posições em matérias próprias; e um *Plenário*, constituído pelo conjunto de Professores e alunos, com o objetivo de estudar e tomar posições em matérias comuns ao nível da Escola. Pedagogicamente, definia-se um esquema de trabalho que centrava as atividades escolares em torno de um tema único, *Escola de Arquitectura*, e da definição de propostas com vista ao funcionamento do ano letivo seguinte, em particular, e à reestruturação do ensino da arquitetura, em geral. Adoptava-se como unidade mínima de trabalho o grupo, privilegiando, desta forma, o trabalho coletivo em detrimento do trabalho individual. A reformulação passava, ainda, pela abolição do regime de faltas, adoptando um princípio de responsabilização individual e pela implementação de um novo sistema de avaliação, designado *Apuramentos*, no qual participavam professores e alunos. O referido sistema era entendido como *processo dinamizador da actividade escolar e meio de orientação da pedagogia*, razão pela qual privilegiava uma apreciação qualitativa e global do aluno, em detrimento de uma avaliação quantitativa.

Num quadro de regime ditatorial, a natureza dos princípios que informavam o *Regime Experimental* ensaiado, a par de uma ausência de cultura, prática e modelos de reivindicação por parte dos alunos, viriam a justificar e a abrir caminho para o dismantelamento de uma estrutura que se revelava particularmente incómoda para o Governo, razão pela qual este determinava como única hipótese de funcionamento do curso, a reposição do plano de estudos definido pela Reforma de 1957; o regresso a uma estrutura de gestão constituída apenas por docentes, a que se somou a nomeação de um novo diretor, Joaquim Machado, capaz de defender e repor os princípios de gestão tecnocrática e autoritária. O referido Diretor tinha por missão o saneamento político e o restabelecimento da ordem, *depurando* o corpo docente e discente da Escola. Como reação assistia-se a uma crescente politização de professores e alunos na defesa pela liberdade de expressão e associação, e na luta contra a guerra colonial. O Governo de Marcelo Caetano respondia com autoritarismo, policiamento, com a instauração de processos disciplinares a professores e o consequente recrutamento de estudantes para as fileiras do exército e com cargas policiais sobre os estudantes. Como consequência, instalava-se uma profunda crise na Escola que ao atingir o limite resultava numa paralisação das atividades durante o ano letivo 1973/74.

*

A conquista de liberdade de expressão, informação e associação, e o regresso a uma gestão democrática, apenas viriam a ser possíveis após a Revolução de 25 de abril.

No rescaldo da Revolução, a 29 de abril de 1974, realizava-se um Plenário que viria a marcar decisivamente o Curso de Arquitectura da ESBAP. Reunindo o consenso de professores e alunos na defesa pela autonomia responsável e democrática das estruturas de gestão e pela implementação e consolidação de um processo de desfascização - como única via possível para evitar eventuais tentativas de reposição de um modelo de gestão e de ensino de natureza tecnocrática -, retomava-se a proposta de estruturação do curso previamente formulada no *Regime Experimental*, mantendo a divisão da sequência curricular em três ciclos - o 1.º ciclo que englobava os 1.º e 2.º anos, o 2.º ciclo, que englobava os 3.º, 4.º e 5.º anos e o 3.º ciclo que apenas englobava o 6.º ano -, assim como a adopção do princípio da hierarquização de disciplinas, subdividindo-as em *Disciplinas Centrais* e *Disciplinas Subsidiárias*. De forma análoga ao processo de implementação do *Regime Experimental*, a implementação da estrutura de curso adoptada, viria a ser efetivada por uma comissão paritária e eleita, agora designada de *Comissão Pedagógica*, que era entendida como o embrião das futuras estruturas de gestão da Escola. A 31 de dezembro de 1974, o Decreto-Lei n.º 306, institucionalizava a democratização dos estabelecimentos de ensino superior, fixando como órgãos de gestão dessas instituições a Assembleia de Escola ou de Representantes, o Conselho Diretivo e os Conselhos Pedagógico e Científico. Com a exceção do Conselho Científico, no qual apenas tinham assento docentes, os restantes órgãos passavam a integrar docentes, alunos e funcionários.

Apesar das conquistas e mudanças enunciadas, no início do ano letivo 1975/76 mantinha-se a crise no Curso de Arquitectura da ESBAP. É neste contexto e na sequência das deliberações de uma Reunião Geral do Curso de Arquitectura (RGCA) que, a 10 de outubro de 1975, um grupo de trabalho aberto, enviava a toda a comunidade académica um convite apelando a uma empenhada participação de todos num Encontro do Curso de Arquitectura, que se viria a realizar nos dias 27, 28, 29 e 31 do mesmo mês, como única via possível para superar a crise instalada. No referido convite, definia-se como objectivo principal do Encontro *atingir uma linha de atuação e reestruturação para a Escola, com uma base de apoio* que a legitimasse e tornasse exequível. Para o desenvolvimento dos trabalhos definiam-se três eixos temáticos estruturadores da reflexão e do debate, designadamente *O Movimento Estudantil, Reestruturação do Curso de Arquitectura e Orgânica do Curso de Arquitectura*.

Do aceso debate gerado a partir de duas propostas de reestruturação do curso, apresentadas no Encontro, designadas *Lista Amarela*² e *Lista Cinzenta*³, resultava uma clarificação do sentido e entendimento específico da Escola relativamente à formação em arquitetura, numa clara aproximação dos alunos aos problemas, aspirações, reivindicações e lutas das designadas classes trabalhadoras. O referido entendimento justificava a eleição do contacto com as referidas classes como campo privilegiado de prática pedagógica e social, transformando-se a Escola num *grande atelier global* que, por essa via, promovia uma efetiva inserção da comunidade académica na realidade.

Do debate e da eleição da *lista Amarela* – que vencida a *lista Cinzenta*, por apenas um voto, na eleição realizada na Reunião Geral do Curso de Arquitectura de 30 de janeiro de 1975 – resultava, ainda, a revalidação de uma estrutura do plano de estudos, organizada em função de três ciclos, introduzindo como novidade a exploração simultânea de três domínios de formação, nomeadamente o teórico, o experimental e o social; assim como a manutenção de uma estratégia de desenvolvimento dos trabalhos escolares, adoptando como unidade mínima o grupo e a manutenção do sistema de apuramentos, que continuava a ser entendido como processo contínuo, crítico e construtivo, mantendo o sentido de apreciação global qualitativa do trabalho produzido.

É este o contexto que enquadra a realização de um conjunto de experiências desenvolvidas no âmbito do Serviço de Apoio Ambulatório Local⁴ (SAAL), cuja importância se viria a revelar decisiva. Se, por um lado, as referidas experiências forçavam a um regresso do arquiteto ao campo estrito da arquitetura e do seu exercício e à reposição do desenho como instrumento privilegiado – pondo termo à instalada dinâmica de *recusa ao desenho* -, por outro lado, como refere Alexandre Alves Costa, a dinâmica e envolvimento geradas por estas experiências ao serem *transportados para o interior da escola por docentes e estudantes nele empenhados, vieram a constituir elemento essencial na concretização da futura estrutura pedagógica para o novo curso de arquitectura que assim aparece profundamente enraizada na realidade social e resulta de uma ampla participação que ultrapassa largamente os limites dos muros da escola*.⁵

Os seguintes encontros, nomeadamente o II e III, realizados no início de cada ano letivo, em outubro de 1976 e 1977, mantinham genericamente o enunciado do I Encontro.

Tendo em conta a experiência, entretanto acumulada, tornava-se necessário e possível introduzir algumas alterações, definir uma estrutura de disciplinas específica para cada ano e enriquecer o plano de estudos com novos campos pedagógicos. Assim, resultava do II Encontro a manutenção da estrutura tripartida do curso, organizando-a em três ciclos, procedendo-se, no entanto, a uma reorganização do princípio de associação de anos. O 1.º ciclo, agora entendido como propedêutico, de iniciação às problemáticas e conteúdos técnicos, passava a englobar apenas o 1.º ano; o 2.º ciclo, entendido como momento de efetiva formação e de desenvolvimento de trabalho numa aproximação ao real, passava a englobar o 2.º, 3.º e 4.º anos; e o 3.º ciclo, entendido como fase de transição entre as atividades escolares e a futura atividade profissional e momento privilegiado para desenvolver atividades no domínio da investigação, englobava o 5.º ano, um período de estágio curricular e um período destinado à realização de uma pós-graduação.

Do debate gerado no III Encontro não resultavam propostas de alteração significativas, apenas alterações pontuais que passavam por explorar uma nova reorganização do princípio de associação de anos em cada um dos três ciclos, mantendo-se o sentido e princípio de formação explorado em cada um deles. Assim, o 1.º ciclo passava a englobar o 1.º e 2.º anos; o 2.º ciclo passava a englobar apenas o 3.º e 4.º anos; e o 3.º ciclo passava a englobar o 5.º ano e um novo ano curricular, o 6.º. A realização de um estágio curricular, com discussão de relatório sobre a actividade desenvolvida, passava a ser obrigatória apenas para os alunos cujo currículo previa cinco anos de formação.

Em dezembro de 1979, coincidindo com a data de publicação do decreto que cria a FAUP, um conjunto de docentes da Escola – de entre os quais Pedro Ramalho, Alexandre Alves Costa, Domingos Tavares, Manuel Correia Fernandes e Cristiano Moreira – apresentava teses destinadas à prestação de Provas de Habilitação para a obtenção do título de Professor Agregado. As referidas provas revestiam-se de particular importância. Por um lado, possibilitavam a qualificação de cinco membros do corpo docente, que passavam a poder integrar o Conselho Científico, em substituição de três professores externos à Secção Arquitectura da ESBAP, não arquitetos, que tinham aceite desempenhar até aquele momento essas funções. Por outro lado, e no contexto de criação da FAUP, o desenvolvimento das referidas teses enquadrava-se numa estratégia previamente definida pelos candidatos de refletir sobre o ensino da arquitetura, contribuindo de forma mais ou menos direta para o processo de construção e consolidação do projeto pedagógico da Escola. *Aquelas provas, para além da realização pessoal de cada um no âmbito da carreira académica, constituíam também um teste de autoridade do próprio curso para falar de si, impondo-se pela qualificação dos seus professores.*⁶ Ou seja, a par do debate e consensos construídos nos três Encontros realizados, as Provas de Agregação, constituíam, no encerramento da década de setenta, um momento de balanço e síntese que, embora de natureza individual - partindo das leituras e experiências vivenciadas por cada um -, tinham por objectivo clarificar a essência e identidade da Escola, concorrendo para a consolidação de um projeto coletivo, no qual tinham sido protagonistas. Às portas da entrada na Universidade, o Curso de Arquitectura da ESBAP marcava uma posição, afirmando-se e reforçando-se coletivamente e institucionalmente.

*

O processo de criação e instalação da FAUP está associado a um clima de grande tensão e conflitualidade entre a Escola e o Reitor da Universidade do Porto, Armando Campos e Matos, desde a publicação do Decreto Lei n.º 498-F e a efetiva nomeação da CI da FAUP, a 20 de Julho de 1982. Durante o referido período e perante a hipótese de nomeação de uma CI alheia ao curso e aos seus interesses, e perante um entendimento do Reitor sobre o ensino da arquitetura muito diverso do da Escola, assistia-se a uma mobilização coletiva em torno da identificação do conjunto de critérios que deveria orientar o processo de constituição da CI, e que se reivindicavam como condição necessária para assegurar a defesa de um conjunto de questões de âmbito disciplinar e pedagógico, consideradas chave no processo de transição. Referimo-nos à necessidade de verem assegurada a necessária autonomia disciplinar na definição de programas de ação pedagógica e científica, por forma a preservar a condição de interdisciplinaridade da arquitetura, e garantir um ensino assente na capacidade de relacionar e integrar criticamente, e na proporção adequada, os diferentes domínios, artístico e científico da formação. Num contexto em que se retomava um sentido de formação que reforçava o domínio científico, em detrimento do artístico, e uma autonomia disciplinar tendente a uma fragmentação e desarticulação entre disciplinas, o referido conjunto de reivindicações ganhava particular pertinência determinando decisivamente o futuro sentido da formação em arquitetura, na *Escola do Porto*. A 18 de março de 1980, na eminência da nomeação da CI da FAUP, José Grade, Presidente do Conselho Diretivo da 1.ª Secção Arquitectura, enviava um ofício ao Reitor da UP, solicitando uma audiência com os órgãos de gestão do curso. Reivindicavam uma composição da CI com maioria de arquitetos, incluindo o presidente que, na opinião do corpo docente, deveria ser arquiteto e com prática docente na ESBAP.

O despacho proferido pelo Ministro da Educação, João José Silva, a 20 de julho de 1982, encerrava finalmente o conflito entre a Secção de Arquitectura da ESBAP e o Reitor, fixando uma CI que ia ao encontro das reivindicações da Escola, tendo em conta que nomeava cinco elementos, sendo que três deles eram arquitetos com experiência de docência no Curso de Arquitectura

da ESBAP. Referimo-nos a Fernando Távora, que assumia as funções de presidente da comissão, e os Arquitetos Alexandre Alves Costa e Domingos Tavares.

Com a estabilização do processo de constituição da CI, estavam criadas as condições para dar continuidade ao processo de debate, crítica e revisão do curso, agora num contexto de autonomia disciplinar e institucional relativamente a outros domínios do ensino artístico, determinado pela integração na Universidade do Porto. Autonomia essa, que resultava de uma ruptura não desejada entre o Curso de Arquitectura e os Cursos de Pintura e Escultura professados na ESBAP.

O contexto exposto, enquadra o encontro designado *Quatro mesas redondas sobre o ensino da Arquitectura*, realizado nos dias 30 de junho e 1 e 2 de julho de 1983, a pedido da CI da FAUP, com vista à fixação do plano de estudos do Curso de Arquitectura da futura FAUP. De forma análoga aos Encontros realizados nos anos 70, procurava-se, neste encontro, e no contexto de entrada na Universidade, debater o ensino na Escola, colocando em evidência a história do curso, nomeadamente a *Reforma de 1957*, o *Regime Experimental de 1969/70* e as transformações e concepções posteriores. A partir de uma discussão organizada em torno das quatro áreas estruturantes do plano de estudos – *Arquitectura*, *Teoria e História*, *Análise do Território* e *Construção* – pretendia-se questionar os princípios orientadores da experiência pedagógica em curso, identificando potencialidades e debilidades, assim como posições convergentes sobre uma estratégia de reestruturação.

Do debate gerado nas diversas mesas, extraia-se um conjunto de conclusões que permitiam orientar a definição do futuro plano de estudos. Assim, na área de *Arquitectura*, destacamos, como debilidades identificadas, a inconsistência teórica da área de Arquitectura e a ausência de uma metodologia do ensino do projeto, a par de uma certa descoordenação horizontal, entre disciplinas, que justificava a proposta de criação da figura do coordenador de ano e o desenvolvimento de um corpo coerente de Teoria da Arquitectura ligado à prática do Projeto. Na área de *Teoria e História*, que passava a adoptar por consenso a designação de História da Arquitectura, procurava-se esclarecer o entendimento e sentido de formação, reivindicando-se a existência de uma componente de formação prática como único meio possível para alcançar o *rigor, profundidade e progresso do conhecimento*, fomentando em cada aluno a construção e consolidação de um processo crítico, levando-o, como refere FIGUEIRA (2012:85) a *movimentar-se e a tomar uma posição activa face ao edificado histórico*. “*O ensino da História da Arquitectura deverá contribuir para entender o presente e projectar o futuro, criando uma tessitura geral de conhecimentos personalizada.*” Por sua vez, na área de *Análise do Território*, a par da defesa da formação do arquiteto generalista, reclamava-se uma maior autonomia disciplinar e o necessário reforço da área de urbanismo por via da clarificação de conteúdos e métodos próprios. Por último, na área de *Construção*, o debate não permitia chegar a um consenso e a uma posição coletiva em torno de duas práticas pedagógicas possíveis – uma assente na experiência profissional e outra assente na construção de um corpo teórico por via das Ciências da Construção -, e da importância e pertinência da Matemática, na formação do arquiteto da *Escola do Porto*.

*

As palavras de Fernando Távora, no momento de tomada de posse da Comissão Instaladora na Reitoria da UP, esclareciam a orientação, o sentido e a estrutura de formação que viriam a ser explorados pela Escola e fixados pelo Despacho Reitoral, de 10 de outubro de 1984 e pela Portaria n.º 815, 20 de outubro de 1984.

Ensinar Arquitectura (...) é difícil e apaixonante.

Sobre a formação do arquitecto já afirmava Vitruvius que 'ele deve ...saber escrever e desenhar, ser instruído na geometria e não ser ignorante da óptica, ter aprendido a aritmé-

tica e saber muito de história, ter bem estudado a filosofia, ter conhecimento da música e algumas noções de medicina, de jurisprudência e de astrologia'. (...)

Continuamos iguais.

É na apaixonante e difícil formação deste especialista-generalista, passe o aparente contraditório da expressão, deste homem de síntese criadora com capacidade de inteligente análise, que a Faculdade de Arquitectura vai, certamente empenhar-se, associando a experiência desta insigne Universidade à de uma prestigiada Escola (...).⁸

A Estrutura Orgânica do Curso de Arquitectura da FAUP mantinha a organização tripartida, explorada nos sucessivas propostas de reestruturação do Curso, ao longo dos anos 70. Embora se mantivesse a fixação do currículo de formação em seis anos, de acordo com a proposta formulada no III Encontro e, entretanto, fixada nas Bases Gerais e regime de estudos, recuperava-se o princípio de associação de anos defendido no II Encontro. Assim, o 1.º ciclo, passava a englobar novamente apenas o 1.º ano; o 2.º ciclo, voltava a englobar o 2.º, 3.º e 4.º anos; e o 3.º ciclo, para além do 5.º ano – que passava a permitir um aprofundamento da disciplina de *Projecto* num de três domínios optativos, designados *Edificações*, *Urbanismo* e *Renovação* -, passava a integrar um novo ano destinado à realização de um Seminário de Pré-profissionalização. Relativamente aos planos de estudos anteriores mantinha-se, ainda, o princípio de hierarquização de disciplinas, dando lugar ao agrupamento de disciplinas nas designadas *áreas científicas obrigatórias* e *áreas científicas optativas* e à atribuição de unidades de crédito em função do seu grau de importância na formação do arquiteto. No grupo das *áreas científicas obrigatórias*, consideravam-se disciplinas de formação nuclear as de: *Iniciação ao Projecto*; *Projecto e Desenho*; *Projecto I, II e III*; *Teoria Geral da Organização do Espaço*; *Teoria da Arquitectura I, II e III*; *História da Arquitectura I, II e III*; *História da Arquitectura Portuguesa*; e *Urbanologia*.

Para além do exposto, o elenco das disciplinas e respectiva distribuição em cada um dos anos curriculares viria a refletir diretamente os consensos alcançados e as sugestões apontadas no Encontro de 1983. Como principais transformações ao currículo anterior apontamos a consolidação da área da História da Arquitectura, que se autonomiza relativamente à Teoria da Arquitectura e que, distribuindo-se ao longo dos 5 anos de formação, conclui a sequência cronológica - que organiza o programa específico de cada ano -, com uma abordagem que introduz um campo de estudo específico sobre a evolução da arquitetura e das cidades nas quais se identifica uma matriz cultural portuguesa. Por sua vez, a área de *Análise do Território* perdia expressão e importância nos primeiros 4 anos do currículo – ficando limitada à disciplina de Urbanologia, no 2.º ano e de Gestão Urbanística, no 3.º ano, podendo o aluno escolher no 4.º ano uma disciplina opcional nesta área – passando a ganhar importância nuclear apenas no 5.º ano, opção B, *Urbanismo*.

*

A investigação desenvolvida permite-nos concluir que, na *Escola do Porto*, o ensino da arquitetura evoluiu numa lógica de continuidade e respeito pelas tradições, integrando os desafios e solicitações de cada tempo cultural. Tal como em relação à construção da sua história, subsiste no tempo a convicção de que a formação em arquitetura se relaciona com um tempo longo, feito de continuidades e com um *modo de ver, pensar e fazer arquitetura* específicos. A transição do Curso de Arquitetura da ESBAP para o contexto universitário, com a criação da FAUP, não resultou numa transformação significativa da formação em arquitetura no Porto, tendo constituído sobretudo mais um momento de aprofundamento e consolidação da estrutura e programas e respectiva lógica de arrumação e articulação, assim como de reforço institucional da Escola em torno de duas questões chave - que decorrem do confronto entre o binómio ciência *versus* arte -, nomeadamente a defesa intransigente da componente artística na formação

do arquiteto e da autonomia disciplinar da Arquitectura. Na *Escola do Porto*, os diversos momentos de crise – Reforma de 57, reação à ditadura, entrada na universidade em 1979 – constituíram oportunidade e estímulo para, um colectivo, levar a cabo reformulações que, mantendo a essência e identidade de uma Escola e de um projeto pedagógico, se ajustam no tempo em função da especificidade do contexto em presença.

*Não há pois um método ideal nem uma didáctica certa, mas antes uma acção constante em que tais instrumentos se refazem no confronto com a história e a crítica da arquitectura, com a história e as descobertas do homem.*⁹

BIBLIOGRAFIA

COSTA, A. (1982). *Dissertação Expressamente Elaborada para o Concurso de Habilitação para Obtenção do Título de Professor Agregado e constituindo Trabalho Original sobre assunto respeitante às cadeiras do 1.º Grupo do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto por Alexandre Vieira Pinto Alves Costa em Dezembro de 1979 a que também se poderia chamar Memórias do Cárcere Desastres de Sofia ou Memórias de um Burro*. Porto: Textos Teóricos – 2, 2.ª Edição, Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P.

“Discurso proferido pelo Professor Arquitecto Fernando Távora, no acto de posse da Comissão Instaladora”, in *Guia da Faculdade 1984/85*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1984

MENDES, M. (1986). *“Escola” ou “generalismo” – ecletismo ou tradição, uma opção inevitável*, Em: *Páginas Brancas, Arquitectura / FAUP ESBA*. Porto: A.E.F.A.U.P.

MONIZ, G. (2011). *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69)*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

FERNANDES, E. (2010). *A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Guimarães: Tese de Doutoramento em Arquitectura, Área de Conhecimento de Teoria e Projecto, Universidade do Minho, Escola de Arquitectura.

FIGUEIRA, J. (2002). *Escola do Porto: Um Mapa Crítico*. Coimbra: e|d|arq Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC.

FIGUEIRA, J. (2012). “No Tempo Presente”, in *Joelho#3*. Coimbra: Departamento de Arquitectura FCTUC.

(1983) *Quatro Mesas Redondas sobre o Ensino da Arquitectura*. Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto.

TAVARES, D. (1985). *Da Rua Formosa à Firmeza*. Porto: Textos teóricos - 4, 2.ª Edição, Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P.

¹ José Veiga Simão, foi Ministro da Educação Nacional, de 15 de janeiro de 1970 a 25 de abril de 1974, sucedendo a José Hermano Saraiva.

² A *Lista Amarela* viria a ser subscrita por Alcino Soutinho, Cláudio Ricca, Cristiano Moreira, Domingos Tavares, Joaquim Vieira, Júlio Matos e Teresa Vaz.

³ A *Lista Cinzenta* viria a ser subscrita por Alexandre Alves Costa, António Côrte-Real, Bento Lousan, Carlos Guimarães, Carlos Prata, Eduarda Correia Fernandes, Fernando Távora, Francisco Barata, Francisco Lima, Francisco Morais, Manuel Correia Fernandes, José Gigante, José Lencastre, José Manuel

Soares, Luís Piçarra, Manuel Mendes, maria Emília Dias Gomes, maria João Palha, Marta Oliveira, Oliveira Martins, Paula Cruz, Pedro Cabral, Pedro Ramalho e Vítor Bastos.

⁴ No contexto das lutas pelo direito à habitação, a 6 de agosto de 1974, em plena vigência do II Governo Provisório, por Despacho do Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Brás, e do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, criava-se o SAAL. Num contexto de ausência de uma cultura de planeamento e de capacidade de intervenção, no curto prazo, Nuno Portas procurava ensaiar um novo modelo de intervenção assente na criação de um corpo técnico especializado de apoio às populações e num *empowerment* das mesmas, envolvendo-as diretamente no processo de transformação dos seus bairros. Segundo o despacho, pretendia-se organizar “*um corpo técnico especializado, designado por Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários.*” O referido corpo técnico especializado, viria a integrar um significativo número de docentes e alunos da ESBAP, que viam, desta forma, criada a oportunidade de participarem direta e ativamente na resolução dos problemas da população, ensaiando novas abordagens e metodologias, a partir de uma arquitetura que se desenvolvia ao serviço das pessoas.

⁵ COSTA, A. (1982). *Dissertação Expressamente Elaborada para o Concurso de Habilitação para Obtenção do Título de Professor Agregado e constituindo Trabalho Original sobre assunto respeitante às cadeiras do 1.º Grupo do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto por Alexandre Vieira Pinto Alves Costa em Dezembro de 1979 a que também se poderia chamar Memórias do Cárcere Desastres de Sofia ou Memórias de um Burro*. Porto: Textos Teóricos – 2, 2.ª Edição, Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., p. 113

⁶ TAVARES, D. (1985). *Da Rua Formosa à Firmeza*. Porto: Textos teóricos - 4, 2.ª Edição, Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., p.6.

⁷ *Quatro Mesas Redondas sobre o Ensino da Arquitectura*. Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto, julho 1983, p. 31.

⁸ “Discurso proferido pelo Professor Arquitecto Fernando Távora, no acto de posse da Comissão Instaladora”, in *Guia da Faculdade 1984/85*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1984, p. 4 e 5.

⁹ PORTAS, N. (2005). *Arquitectura: Contribuições para o Ensino*. Em: *Arquitectura(s). História e Crítica, Ensino e Profissão*. Porto: Série 2 . Argumentos, FAUP publicações, p. 363.

ORGANIZAÇÃO



Instituto de Educação
UNIVERSIDADE DE LISBOA



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



anped



APOIOS

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



Câmara Municipal
Lisboa



Município de Lisboa
Metropolitano de Lisboa



CAU
Centro Central de Investigação



PROFTECLA
ESCOLA PROFISSIONAL



Porto
Editora